



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

482

|     |  |
|-----|--|
| 2.º | PUBLICADO NO D. O. U.  |
| C   | D. 23/06/2000  |
| C   | <br>Rubrica |

Processo : 10925.001190/97-47  
Acórdão : 203-05.279

Sessão : 03 de março de 1999  
Recurso : 104.934  
Recorrente : COMERCIAL ELETRON LUX LTDA.  
Recorrida : DRJ em Florianópolis - SC

**ITR – RESERVA LEGAL** - É indispensável a comprovação da averbação da área de reserva legal no Registro de Imóveis exigida pelo § 2º artigo 16, da lei nº 4.771/62, com a nova redação dada pela lei nº 7.803/89. **LAUDO TÉCNICO** – O laudo técnico elaborado por profissional habilitado constitui prova hábil para ensejar a retificação de dados cadastrais. **Recurso provido em parte.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**COMERCIAL ELETRON LUX LTDA.**

**ACORDAM** os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator.**

Sala das Sessões, em 03 de março de 1999

  
Otacílio Dantas Cartaxo  
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Lina Maria Vieira e Sebastião Borges Taquary.

LDSS/CF



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

483

Processo : 10925.001190/97-47

Acórdão : 203-05.279

Recurso : 104.934

Recorrente : COMERCIAL ELETRON LUX LTDA.

## RELATÓRIO

COMERCIAL ELETRON LUX LTDA., nos autos qualificada, foi notificada do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, das Contribuições Sindicais do Empregador e do Trabalhador e ao SENAR, relativos ao exercício 1996, do imóvel rural denominado "Fazenda dos Macacos", de sua propriedade, localizado no Município de Santa Cecília - SC, inscrito na Secretaria da Receita Federal sob o n.º 0890557.6.

A contribuinte impugnou o lançamento (doc. fls. 01), contestando, de forma bastante sintetizada, o alto valor do imposto cobrado e o baixo grau de utilização da propriedade considerado no feito.

Anexou aos autos Laudo Técnico de descrição do imóvel (doc. fls. 11/14), devidamente registrado no CREA (doc. fls. 06/08), Laudo Técnico para levantamento da quantidade do rebanho (doc. fls. 10), e Contrato de Comodato (doc. fls. 02/04).

A autoridade julgadora de primeira instância negou provimento à pretensão do sujeito passivo, em decisão assim ementada (doc. fls. 22/26):

### ***"IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)"***

#### ***NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO***

*Ano-base: 1996*

*Base de Cálculo do ITR. É o Valor da Terra Nua (VTN), não inferior ao Valor da Terra Nua mínimo (VTNm), estabelecido na legislação tributária.*

*Retificação de dados cadastrais. Quando vise a reduzir ou excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.*

***LANÇAMENTO PROCEDENTE".***

*W*



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

484  
11

Processo : 10925.001190/97-47  
Acórdão : 203-05.279

O julgador monocrático entendeu que a interessada fizera um pedido de retificação e modificação dos dados cadastrais do imóvel, que, por força do disposto no § 1º, artigo 147, do CTN, deveria ser realizado antes de notificado o lançamento.

Considerou, ainda, que os documentos apresentados pela impugnante referem-se à data do ano de 1996, enquanto que o ITR/96 reporta-se à situação encontrada em 31/12/95.

Inconformada com a decisão singular, a contribuinte, tempestivamente, interpôs Recurso Voluntário de fls. 30/31, dirigido a este Segundo Conselho de Contribuintes, argumentando que:

a) muito embora determinada na Lei nº 8.847/94, para o exercício de 1996 não houve entrega de DITR, ficando a interessada impedida de atualizar os dados cadastrais do imóvel em tempo hábil;

b) por isso, aguardou o lançamento do ITR/96 para providenciar sua impugnação, com base na real situação de utilização da propriedade; e

c) a autoridade recorrida recebeu a impugnação como um pedido de retificação intempestivo.

A Procuradoria da Fazenda Nacional manifestou-se (doc. fls. 39) contrariamente à reforma da decisão de primeira instância.

É o relatório.



Processo : 10925.001190/97-47  
Acórdão : 203-05.279

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

O recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

Conforme relatado, a contribuinte insurgiu-se contra os dados utilizados para o cálculo do grau de utilização do imóvel adotados para se efetuar o lançamento do ITR/96.

Para fundamentar seu pleito, apresentou a seguinte documentação: Laudo Técnico de descrição do imóvel (doc. fls. 11/14), devidamente registrado no CREA (doc. fls. 06/08), e Laudo Técnico para levantamento da quantidade do rebanho (doc. fls. 10).

Além de ter entendido o pleito da recorrente como mero pedido de retificação de dados constantes na DITR, o julgador singular, ao analisar os documentos anexados aos autos, considerou-os inaptos para o fim colimado, pois reportaram-se a datas posteriores a 31/12/95, data de ocorrência do fato gerador do tributo.

Tem sido reiteradamente afirmado neste Colegiado que recursos como o que ora se analisa advêm de impugnação de lançamento, nos termos do Decreto nº 70.235/72, e não do pedido intempestivo de retificação de dados cadastrais, caracterizado no § 1º do artigo 147 do CTN (Lei nº 5172/66).

Dessa forma, as informações utilizadas para a efetivação do feito são passíveis de modificação, desde que comprovadas suas incorreções.

Verifica-se que os Laudos apresentados foram elaborados para efeitos de retificação de dados cadastrais e não para revisar o Valor da Terra Nua (VTN) tributado, por conseguinte, entendo que não estão subordinado ao rigor das exigências estabelecidas pela Associação Brasileira das Normas Técnicas (ABNT).

No caso *sub judice* os referidos laudos destinam-se a dimensionar a área de preservação permanente e a quantidade de animais, sem necessidade de lhes imputar valor. Portanto, em tese, podem ser aceitos.

A apuração da área de preservação permanente, em hipótese, pode ser realizada a qualquer tempo, porque é formada por áreas inexploráveis, por força de lei, como restingas, banhados ou áreas ocupadas por matas ciliares e outras áreas que compõem seu ecossistema. Portanto, pode ser acatado o Laudo Técnico de fls. 11/14, que descreve o imóvel. Entretanto, a



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

486

Processo : 10925.001190/97-47

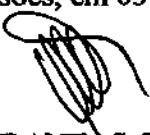
Acórdão : 203-05.279

recorrente não anexou aos autos a certidão de registro de imóvel contendo a averbação da área preservada, fato que impede a aceitação do pedido de retificação deste item na forma pleiteada.

Em relação à quantidade de gado existente, o Laudo apresentado às fls. 10, firmado por profissional habilitado(médico veterinário) é suficiente para ensejar a retificação dos dados apresentados, levando-se em conta a pequena diferença consignada, sendo sua datação de menor relevância, tomando-se em conta a intenção da recorrente do contexto de suas razões de defesa.

Diante do exposto, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso para que seja retificada a informação cadastral relativa ao rebanho bovino de conformidade com o laudo de fls. 10.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1999

  
OTACÍLIO DANTAS CARTAXO